

Brasil

Cúpula do clima Desenvolvidos aceleram suas metas de descarbonização

Cresce abismo climático entre países ricos e pobres

Gabriel Vasconcelos, Lucas de Vitta e Daniela Chiaretti
Do Rio e de São Paulo

A Cúpula de Líderes sobre o Clima, organizada pelo presidente democrata Joe Biden, conseguiu dois tentos — colocar os Estados Unidos na liderança da geopolítica climática e estimular outros países ricos a aumentar suas metas de corte de emissões de gases-estufa. As duas iniciativas têm o potencial de provocar uma corrida nos países industrializados por economias descarbonizadas. Podem, contudo, ter um efeito colateral — ampliar o abismo entre o mundo rico, os emergentes e os países em desenvolvimento.

Isso se traduziu nas metas de redução de emissão de gases-estufa apresentadas ontem. Ao confirmar que os EUA planejam reduzir suas emissões entre 50% e 52% até 2030 e atingir a neutralidade em carbono até 2050, Biden sinaliza a rota de descarbonização da maior economia do mundo. Implicará em investimentos maciços em energias renováveis, na eletrificação dos transportes, na moderni-

zação de edifícios, na capacitação dos trabalhadores e em uma forte mobilização de recursos em inovação e tecnologia.

John Kerry, enviado especial de clima da Casa Branca, disse em uma das sessões da Cúpula que mais da metade da redução de emissões que os EUA precisa fazer virá de tecnologias ainda não disponíveis comercialmente.

Ao anúncio de Biden seguiram-se outros. O primeiro-ministro do Japão Yoshihide Suga anunciou o plano de cortar emissões em 46% até 2030 — buscando tentar alcançar 50% — na comparação com os índices de 2013. É uma meta bem superior à anterior, de cortar 26% no período.

O premiê canadense Justin Trudeau revisou a redução pretendida até 2030 de 30% para uma faixa entre 40% e 45% diante dos níveis de emissão de 2005.

O Reino Unido, entre as grandes economias, não só tem o maior compromisso de corte de gases-estufa, como vem desenhando um caminho claro para a economia livre de carbono até 2050. Em 2030 o país espera emitir menos 68% em

relação a 1990. Ontem o primeiro-ministro Boris Johnson confirmou a meta de corte de 78% até 2035, também em relação a 1990. É mais um passo rumo à descarbonização britânica em 2050.

Johnson disse que a corrida pelas tecnologias que vão redefinir o padrão de vida na Europa e no mundo não devem ser encaradas como uma promessa “cara e politicamente correta”, mas como uma oportunidade de crescimento e geração de empregos. É a mesma linha adotada por Joe Biden.

Depois do Brexit e da má gestão inicial da pandemia, o primeiro-ministro britânico vem recuperando a imagem do país com uma ágil vacinação da população e o protagonismo na agenda climática. O país que preside a próxima conferência do clima da ONU, a COP 26, quer transformar Londres em um hub de finanças verdes.

O bloco europeu é protagonista desta agenda há anos. A meta é cortar, no mínimo, 55% de emissões em 2030 em relação a 1990. O que estes números refletem é a mudança da economia dos países ricos em nove anos.

É um princípio das negociações climáticas que os países ricos, os maiores responsáveis pela crise climática, façam esforços maiores para reduzir gases-estufa. Devem transferir tecnologia e contribuir com o financiamento climático para o mundo em desenvolvimento. Não cumprem totalmente as promessas de financiamento. A transferência de tecnologia, que costuma ser da esfera do mundo privado, não acontece.

A Cúpula ampliou o abismo entre as metas dos países desenvolvidos — aumentadas e antecipadas — e os planos dos emergentes. O Brasil tem uma meta ambiciosa — 43% de redução para 2030 e descarbonização em 2050. Mas o esforço brasileiro é para conter o desmatamento e não promover profunda transformação energética e redesenhar a economia.

A China reduziu suas emissões de CO₂ em mais de 65% em 2030, em relação aos níveis de 2005 — meta baseada em unidades de PIB. A África do Sul não discute quando chegará ao pico das emissões. O discurso do premiê indiano Narendra Modi foi genérico.



Boris Johnson: oportunidade de crescimento e geração de empregos

Bolsonaro pode perder corrida pelo dinheiro para governadores

Análise

Mária Cristina Fernandes
São Paulo

Dezesseis chefes de Estado e a presidente da Comissão da União Europeia falaram antes do presidente Jair Bolsonaro na Cúpula dos Líderes sobre o Clima. O presidente do país “detentor da maior biodiversidade do planeta”, como Bolsonaro definiu o Brasil, começou a falar quase duas horas depois de a conferência virtual ter começado. E não pôde, a exemplo de Angela Merkel (Alemanha), Emmanuel Macron (França), Ursula Leyen (UE) e Cyril Ramaphosa (África do Sul), saudar, com uma esocada da boa diplomacia, a volta dos Estados Unidos, anfitrião do encontro, ao esforço contra o aquecimento global.

Os americanos voltaram ao Acordo de Paris um mês depois da posse do presidente Joe Biden e três anos e sete meses depois de o ex-presidente Donald Trump tê-lo denunciado. Os líderes europeus e

da África do Sul não deixaram passar a oportunidade de lembrar Biden do passado muito recente do país que agora se arvora à liderança global do ambientalismo na tentativa de reconquistar um viés de “superioridade moral” perdido na era Trump. Bolsonaro, porém, não pôde fazer o mesmo porque, de todos os 40 chefes de Estado convidados para a conferência, foi o mais estreito aliado de Trump.

E foi assim que o presidente brasileiro se mostrou no encontro. Como um aliado arrependido do trumpismo, incapaz até mesmo de adotar a linha de outros infratores das metas ambientais, como o primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau. No comando de um país que, a exemplo do Brasil, não cumpriu o que havia acordado no Acordo de Paris, em 2015, Trudeau colocou o combate ao aquecimento global como prioridade que se cunda o enfrentamento da covid-19. Como a pandemia nunca foi sua prioridade, Bolsonaro preferiu centrar seus esforços numa tática mentira, a do empenho na-

cional pela redução dos gases do efeito-estufa.

Os argumentos foram os mesmos apresentados na carta enviada, na semana passada, ao presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. A carta parece ter sido tão pouco convincente que o presidente americano esperou a vez de David Kabua, presidente das Ilhas Marshall, país minúsculo do Pacífico que tende a desaparecer pelo avanço dos oceanos, mas não Bolsonaro. Biden deixou a sala da conferência virtual antes de o brasileiro começar a falar. A mensagem brasileira foi mais ponderada do que a da era Ernesto Araújo, mas distorce a responsabilidade do país pela emissão de gases estufa, traça meta de redução baseada numa pedalação (para trás) sobre as conquistas anteriores e comemora a matriz limpa do parque energético como feito de seu governo.

A conferência deixou claras as dificuldades de Bolsonaro em limpar a imagem do Brasil depois da devastação e do desmonte das instituições de fiscalização promovi-

das por seu governo. Por razões inversas, Biden também pisou em ovos em seu discurso, que abriu a conferência. Ciente de que uma parte importante do eleitor americano rejeita o discurso ambiental, falou mais em emprego do que em clima. Ancorou a necessidade de mudar a matriz energética do país com o desenvolvimento de novas tecnologias como meio para a geração de emprego. O temor do eleitorado se estende ao mercado. À tarde, de volta à tela, mal acabara de falar da necessidade do esforço conjunto para o financiamento das ambiciosas metas ali traçadas, as bolsas despencaram, alarmadas com aumento de impostos.

O presidente chinês, Xi Jinping, citado por Merkel, Macron e pelo primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, em função dos esforços na pauta ambiental que precedem os seus EUA, também tratou de seus interesses sem subterfúgios. Ao enfatizar o multilateralismo, deixou claro que as conquistas não decorrerão do novo protagonismo americano mas do conjunto das

nações. Xi insiste em se apresentar como liderança dos países em desenvolvimento propugnando o reconhecimento dos esforços que estes têm feito no sentido de buscar o desenvolvimento sustentável.

Todos os chefes de Estado exibiram esforços maiores do que aqueles que têm sido efetivamente feitos. E todos se comprometeram com metas ambiciosas para 2030 a serem acordadas na conferência das Nações Unidas sobre o clima, em Glasgow, em novembro. Nenhum deles, porém, enfrenta crédito tão grande sobre a distância a ser percorrida entre os esforços e as metas quanto Bolsonaro.

O primeiro teste se dará no acesso ao fundo de US\$ 1 bilhão, mobilizado a partir da coalizão de EUA, Noruega e Reino Unido e de empresas como Amazon, Airbnb, Bayer, Nestlé, Unilever, Boston Consulting Group, McKinsey, Salesforce e GSK (ver reportagem na página A5). É um dinheiro a ser destinado para o mundo inteiro e não apenas para o Brasil como desejava o Palácio do Planalto. E até mesmo os governos subnacionais estarão elegíveis. Como o pagamento se dará por meio de resultados, e não antecipadamente para armar a Guarda Nacional, como desejava o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, as chances de o governo federal não mais reduzir do que, por exemplo, as do Consórcio Amazônia, que reúne os nove Estados da região.

Por meio um plano chamado “Recuperação Verde da Amazônia Legal”, os governadores apresentarão projetos como apoio na certificação de produtos sustentáveis para acesso aos mercados nacional e internacional, incentivo à pecuária intensiva, redução de carbono nas atividades de mineração e fomento ao turismo ecológico. Os desembolsos se dão mediante averiguação, por consultores independentes, do desempenho acordado. Depois de carregar sozinho o fardo da herança trumpista na cúpula, Bolsonaro ainda corre o risco de ser ultrapassado, em casa, pelos governadores, no acesso ao dinheiro.

Discurso é alvo de questionamentos

Mathews Schuch, Marcelo Ribeiro e Daniela Chiaretti
De Brasília e São Paulo

Parlamentares envolvidos com a causa ambientalista e especialistas em políticas públicas criticaram ontem o discurso do presidente Jair Bolsonaro na Cúpula do Clima. Para eles, as promessas de redução de desmatamento e compromisso ambiental estão descoladas de medidas práticas adotadas até agora pelo governo.

Alguns parlamentares, entre eles a presidente da Comissão de Relações Internacionais do Senado, Kátia Abreu (PP-TO), elogiaram o tom moderado de Bolsonaro. A senadora, no entanto, defendeu metas mais ambiciosas.

Coordenador da frente ambiental na Câmara, Rodrigo Agostinho (PSB-SP) interpretou o tom moderado como uma reação de quem está, segundo ele, encurralado. “De um lado, pela União Europeia por causa do acordo com o Mercosul, de outro, o [presidente dos Estados Unidos, Joe] Biden, que nem sequer ficou para ouvir a fala do Bolsonaro”, disse o deputado.

“Na mão dos Estados Unidos está a possibilidade da entrada do Brasil na OCDE e muitos acordos comerciais que estavam sendo gestados com o [Donald] Trump. O Brasil está com um problema de credibilidade na área ambiental. Não basta propor novas metas. Precisa agir”, acrescentou.

O presidente da Comissão de

Meio Ambiente do Senado, Jaques Wagner (PT-BA), opositor do governo, considerou a fala de Bolsonaro “vazia” e marcado por mentiras. “Falou em aumentar a fiscalização sobre o desmatamento ilegal quando medidas do seu governo dificultam a tarefa, tentando permitir grilagem nas unidades de conservação e terras indígenas.”

“É importante que o presidente tenha reafirmado compromissos ambientais do Brasil”, afirmou Maria Laura Canineu, diretora do Brasil da Human Rights Watch (HRW). “O problema é que ele tem zero credibilidade, especialmente considerando como seu governo tem ativamente desmantelado a capacidade do Brasil de cumprir esses compromissos e proteger a Amazônia.”

Para Adriana Ramos, coordenadora do programa de política e direito socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA), não está claro o que realmente o governo fará contra o desmatamento. “Apesar de uma tentativa de demonstrar uma mudança de rumo para angariar apoio aos seus pleitos financeiros, o discurso do presidente não foi capaz de apontar concretamente qual é o movimento que vai ser feito para retomar uma efetiva política de controle do desmatamento.”

O coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista no Senado, Fabiano Contarato (Rede-ES), criticou a postura defensiva pelo presidente e pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de men-



O senador Fabiano Contarato: recursos não virão sem “uma agenda ambiciosa”

cionarem ajuda financeira internacional como algo necessário para a proteção ambiental no Brasil. “O governo sabe que não receberá esses recursos sem uma agenda ambiciosa e metas claras de redução do desmatamento. Sua intenção real, porém, ao que parece, é tercirizar a culpa.”

A nova presidente da comissão

de Meio Ambiente, Carla Zambelli (PSL-SP), uma das principais aliadas do presidente, elogiou o discurso dele na cúpula: “Grande sinalização de compromisso com o meio ambiente, desmatamento ilegal para 2030 e a grande novidade foi a antecipação de 2060 para 2050 a neutralização de carbono”, afirmou ela.

Mourão defende militar na Amazônia por mais 3 meses

Mathews Schuch e Fabio Murakawa
De Brasília

O presidente Jair Bolsonaro será recomendado a estender por mais três meses a Operação Verde Brasil, que emprega militares no combate a ilícitos ambientais na Amazônia. A avaliação do vice Hamilton Mourão, que preside o Conselho Nacional da Amazônia, é de que a força-tarefa precisa ser mantida para que se alcance resultado efetivo na queda do desmatamento.

Ontem, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, também anunciou incremento de recursos a órgãos ambientais e investimento em ações da Força Nacional de Segurança.

As medidas foram apresentadas diante da pressão internacional por resultados práticos no combate a ilícitos ambientais. Embora tenha ficado de fora da elaboração do discurso de Bolsonaro na cúpula do clima, que teve Salles como protagonista, o vice continua à frente das principais medidas tomadas até agora na floresta.

A ideia de prorrogar a presença de militares foi discutida ontem com o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, que concordou em recomendar a medida a Bolsonaro. O atual decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) expira no próximo dia 30.

Segundo Mourão, a ideia é ter a operação “nos mesmos termos e com o mesmo pessoal”, com foco nos 11 municípios com os maiores índices de desmatamento.

Após a fala de Bolsonaro na cúpula, Salles disse que a meta de zerar o desmatamento até 2030 é factível diante do reforço de equipes da Força Nacional. Mas a ideia não foi bem recebida por Mourão, que prevê dificuldade de liberação de agentes junto aos Estados.

“Acho meio complicado isso, mais fácil outros meios”, disse o vice-presidente.

A solução para o desmatamento e a redução de emissão de gás carbônico também passa, segundo Salles, pela regulamentação do mercado de carbono.